

NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) e com sede na Rua General João Manoel, nº157, 9º andar, município de Porto Alegre, RS. A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda, ambas as empresas do Grupo Habitasul.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2013.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais divergem das práticas do IFRS apresentadas nas demonstrações financeiras separadas quanto à avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, onde seriam registrados a custo ou valor justo, em conformidade com o IFRS.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas controladores, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e o ativo biológico mensurados pelos seus valores justos, e ativos imobilizados mensurados ao custo atribuído na data de 01 de janeiro de 2009, data da adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos ICPC10/CPC 27, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas:

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Norma	Principais exigências e entrada em vigor	Impactos nas demonstrações da Companhia
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2012.	Não relevantes.

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2013 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de práticas por parte da Companhia.

Norma	Principais exigências e entrada em vigor	Impactos esperados
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2015.	Não relevantes.
IAS 28 (Revisado 2011) "Investimentos em Coligadas Entidades com Controle Compartilhado"	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRS's 10, 11 e 12, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013.	Não relevantes.

Norma	Principais exigências e entrada em vigor	Impactos esperados
IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013.	Não relevantes.
IFRS 11 “Contratos Compartilhados”	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013.	Não relevantes.
IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013.	Não relevantes.
IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRS’s em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013.	Não relevantes.
Alterações ao IAS 19 “Benefícios aos Empregados”	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013.	Não relevantes.
Alterações ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Financeiras”	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas, entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013.	Não relevantes.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como hedge accounting de fluxo de caixa e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de hedge de fluxo de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, o qual ocorre e incorre em perdas para *impairment* somente se há evidências objetivas de que um ou mais eventos tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) mudanças adversas nas condições e/ou economia que indiquem redução nos fluxos de caixa futuros estimados das carteiras dos ativos financeiros.

Havendo evidências de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros é estimada e a perda por *impairment* reconhecida na demonstração de resultado.

e) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

g) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados basicamente por licenças de softwares, que são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

h) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo deduzidas as despesas de venda periodicamente, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa 14.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

j) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08% e a Irani Trading S.A., adota a taxa presumida de 10,88%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos para as controladas com regime tributário de lucro presumido, quanto ao valor justo dos ativos biológicos e o custo atribuído dos ativos imobilizados.

k) Captações e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de

transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

l) Instrumentos financeiros derivativos

Alguns instrumentos financeiros derivativos, dependendo da sua natureza, são avaliados pelo valor justo na data do balanço em contrapartida de receitas ou despesas financeiras no resultado do exercício. Determinados instrumentos financeiros derivativos são avaliados e reconhecidos no resultado do exercício, nas receitas ou despesas financeiras, por fazerem parte de um único instrumento financeiro (instrumento financeiro derivativo vinculado a operações de captação).

m) Hedge de fluxo de caixa (Hedge Accounting)

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os instrumentos de hedge usados nas operações são altamente eficazes na compensação das variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

As movimentações nos valores de hedge classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na Nota 21.

A parcela efetiva das variações no valor dos instrumentos de hedge designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer venda prevista que é protegida por hedge). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos instrumentos de hedge que protege as operações altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Quando um instrumento de hedge vence ou é vendido, ou quando um hedge não atende mais aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado do exercício.

n) Arrendamento mercantil

Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do exercício. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 13.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

o) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos exercícios.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 13), a realização dos créditos tributários diferidos (nota explicativa nº 11), provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6), avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 14), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 20), além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

i) A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo estadual de Santa Catarina. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora o incentivo fiscal detido não esteja em julgamento pelo STF, a Companhia vem acompanhando, por seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para

determinar eventuais impactos em suas operações e conseqüentes reflexos nas demonstrações financeiras.

q) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

r) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares. Na receita total consolidada são eliminadas as receitas entre a Controladora e as Controladas.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

s) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do exercício.

t) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		
Empresas controladas - participação direta	2012	2011
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	100,00	100,00
Meu Móvel de Madeira LTDA*	-	99,93
HGE - Geração de Energia Sustentável LTDA	99,98	99,98
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	99,99	99,99

*Operação descontinuada em 2012 - nota explicativa 32

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas, a menos que a controlada forneça evidências de uma perda (*impairment*). As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

As operações de cada uma das controladas estão descritas na nota explicativa nº 12.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Fundo fixo	18	16	21	21
Bancos	1.245	1.272	1.373	2.477
Depósitos bancários de curto prazo	93.788	71.208	95.528	72.224
	<u>95.051</u>	<u>72.496</u>	<u>96.922</u>	<u>74.722</u>

Os depósitos bancários de curto prazo são remunerados com renda fixa – CDB, à taxa média de 100,46% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	91.600	89.957	95.252	94.577
Clientes - mercado externo	8.417	4.152	8.447	4.198
Controladas	-	1.905	-	-
	<u>100.017</u>	<u>96.014</u>	<u>103.699</u>	<u>98.775</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.232)	(5.835)	(6.918)	(6.544)
	<u>93.785</u>	<u>90.179</u>	<u>96.781</u>	<u>92.231</u>

Em 31 de dezembro de 2012, no consolidado de contas a receber de clientes encontram-se vencido e não provisionado um montante de R\$ 10.052 referente a clientes independentes que não apresentam históricos de inadimplência.

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
À vencer	84.302	81.929	86.729	83.628
Vencidos até 30 dias	6.237	6.769	6.811	7.125
Vencidos de 31 a 60 dias	1.899	386	1.900	386
Vencidos de 61 a 90 dias	240	115	241	124
Vencidos de 91 a 180 dias	89	162	95	180
Vencidos há mais de 180 dias	7.250	6.653	7.923	7.332
	<u>100.017</u>	<u>96.014</u>	<u>103.699</u>	<u>98.775</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 51 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Saldo no início do exercício	(5.835)	(5.697)	(6.544)	(6.406)
Provisões para perdas reconhecidas	(397)	(146)	(397)	(146)
Valores recuperados no período	-	8	23	8
Saldo no final do exercício	<u>(6.232)</u>	<u>(5.835)</u>	<u>(6.918)</u>	<u>(6.544)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 53.018 está cedida como garantia de algumas operações financeiras, dentre elas cessão fiduciária de 25% do valor do saldo devedor principal das debêntures (nota explicativa 16), e também cessão fiduciária de 3 (três) parcelas de aluguel da operação CCI (nota explicativa 15).

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2012 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia conforme abaixo:

Qualidade contas a receber

Classe de cliente	% Histórico	Consolidado
		Valor a receber
a) Clientes sem histórico de atraso	93,25	80.874
b) Clientes com histórico de atraso de até 7 dias	6,16	5.343
c) Clientes com histórico de atraso superior a 7 dias	0,59	512
		86.729

- a) Clientes pontuais que não apresentam qualquer histórico de atraso.
 b) Clientes impontuais que apresentam histórico de atraso de até 7 dias, sem histórico de inadimplência.
 c) Clientes impontuais que apresentam histórico de atraso superior a 7 dias, sem histórico de inadimplência.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Produtos acabados	4.334	5.486	4.334	7.442
Materiais de produção	19.931	18.364	19.931	18.364
Materiais de consumo	13.040	11.890	13.086	11.924
Outros estoques	759	626	759	626
	38.064	36.366	38.110	38.356

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o ano foi de R\$ 350.275 (R\$ 345.377 em 2011) no individual e R\$ 352.251 (R\$ 348.110 em 2011) no consolidado.

O custo dos estoques reconhecido como despesa não inclui qualquer redução referente a perdas de estoques ao valor líquido realizável. A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
ICMS sobre aquisição de imobilizado	4.239	3.457	4.239	3.463
ICMS	277	321	277	341
COFINS	852	-	852	-
IPI	88	5.547	88	5.547
Imposto de renda	74	908	74	908
Contribuição social	29	338	29	338
IRRF	1.290	245	1.290	245
Outros	-	7	-	7
	<u>6.849</u>	<u>10.823</u>	<u>6.849</u>	<u>10.849</u>
Parcela do circulante	4.083	8.661	4.083	8.687
Parcela do não circulante	2.766	2.162	2.766	2.162

Os créditos de ICMS sobre aquisição de imobilizado são gerados em relação às compras de bens para o ativo da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

Os créditos de IPI são gerados em relação às aquisições de insumos utilizados no processo produtivo e são utilizados para compensar débitos gerados pelas operações de venda de cada unidade produtiva.

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Banco do Brasil - Nova York - a)	931	3.840
Banco Credit Suisse - Brasil	-	4.834
	<u>931</u>	<u>8.674</u>
Parcela do circulante	931	5.143
Parcela do não circulante	-	3.531

- a) Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em fevereiro de 2013. Por ocasião de repactuação de contrato objeto da retenção realizada em 27 de abril de 2012, até novembro de 2014 serão exigidos somente os juros do contrato.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Créditos de carbono	4.378	6.378	4.378	6.378
Adiantamento a fornecedores	467	1.412	940	1.425
Créditos de funcionários	1.418	982	1.432	1.004
Renegociação de clientes	3.404	3.309	3.435	3.340
Despesas antecipadas	1.056	1.025	1.075	1.057
Credito a receber XKW Trading	5.750	-	5.750	-
Outros créditos	2.642	1.346	5.053	1.420
	<u>19.115</u>	<u>14.452</u>	<u>22.063</u>	<u>14.624</u>
Parcela do circulante	12.309	12.400	12.845	12.545
Parcela do não circulante	6.806	2.052	9.218	2.079

Créditos de carbono– a Companhia possui projetos geradores de créditos de carbono originados pela diminuição de gases de efeito estufa como dióxido de carbono e metano, proporcionados pela instalação da Usina de Cogeração e pela Estação de Tratamento de Efluentes na unidade Papel em Vargem Bonita, SC. Esses créditos são comercializados através de contratos firmados, no âmbito do protocolo de Kyoto, com empresas localizadas em países considerados desenvolvidos obrigados a redução de emissões. Os créditos são reconhecidos conforme regime de competência como redução dos custos do processo produtivo e são mensurados de acordo com a metodologia aprovada no protocolo de Kyoto para cada projeto, considerando o valor provável de realização estimado com base nos contratos firmados. Em 31 de dezembro de 2012, a grande maioria dos créditos que são os volumes gerados até setembro de 2011 já se encontravam auditados pela *DNV -DET NORSE VERITAS CERTIFICATION AS*, e estavam aguardando a emissão dos respectivos créditos para serem negociados. A Administração espera que estes créditos sejam emitidos em um período inferior a 12 meses.

Renegociação de clientes – refere-se a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em novembro de 2014 e a taxa média de atualização é de 1% a 2% ao mês, reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos têm cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

A Companhia avalia os clientes em renegociação e, quando aplicável, realiza provisão para perdas sobre o montante dos créditos renegociados. Para fazer frente a possíveis perdas, estão provisionados créditos no montante de R\$ 1.664, já deduzidos do valor apresentado de R\$ 3.404 na controladora e de R\$ 3.435 no consolidado.

Despesas antecipadas– refere-se principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

Créditos a receber XKW Trading Ltda– refere-se à venda da Controlada Meu Móvel de Madeira Ltda.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou para os exercícios de 2011 e de 2012 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, ajustados pela revisão da vida útil do imobilizado, tratado como RTT (Regime Tributário de Transição) e registrado nesta mesma conta.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	11.462	11.261	11.462	11.293
Sobre prejuízo fiscal	1.624	932	1.624	932
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	4.126	4.054	4.126	4.071
Sobre prejuízo fiscal	585	336	585	336
	<u>17.797</u>	<u>16.583</u>	<u>17.797</u>	<u>16.632</u>
PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	1.661	3.945	4.344	5.477
Valor justo dos ativos biológicos	37.230	30.224	38.628	31.737
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	86.074	87.562	106.913	108.579
Subvenção governamental	505	709	505	709
Hedge de fluxo de caixa	(2.322)	-	(2.322)	-
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	598	1.420	1.564	1.971
Valor justo dos ativos biológicos	13.403	10.878	14.133	11.695
Custo atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	30.986	31.523	38.489	39.087
Subvenção governamental	182	256	182	256
Hedge de fluxo de caixa	(836)	-	(836)	-
	<u>167.481</u>	<u>166.517</u>	<u>201.600</u>	<u>199.511</u>
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>149.684</u>	<u>149.934</u>	<u>183.803</u>	<u>182.879</u>

A Administração reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que os saldos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Ativo de imposto diferido	Consolidado
Período	31.12.12
2013	2.889
2014	2.614
2015	2.001
2016	2.372
acima	7.921
	<u>17.797</u>

Passivo de imposto diferido	Consolidado
Período	31.12.12
2013	2.041
2014	2.245
2015	2.470
2016	2.717
acima	192.127
	<u>201.600</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é assim demonstrada:

Controladora	Saldo inicial 31.12.11	Reconhecido no resultado	Operações descontinuadas	Saldo final 31.12.12
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Provisão para participações	1.021	1.593	-	2.614
Provisão para riscos diversos	14.161	(1.315)	-	12.846
Outros	134	(6)	-	128
Total diferenças temporárias	15.316	272	-	15.588
Prejuízos fiscais	1.267	2.971	(2.029)	2.209
	<u>16.583</u>	<u>3.243</u>	<u>(2.029)</u>	<u>17.797</u>

Consolidado	Saldo inicial 31.12.11	Reconhecido no resultado	Operações descontinuadas	Saldo final 31.12.12
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Provisão para participações	1.021	1.593	-	2.614
Provisão para riscos diversos	14.161	(1.315)	-	12.846
Outros	183	(6)	-	177
Total diferenças temporárias	15.365	272	-	15.637
Prejuízos fiscais	1.267	2.922	(2.029)	2.160
	<u>16.632</u>	<u>3.194</u>	<u>(2.029)</u>	<u>17.797</u>

Controladora	<u>Saldo inicial</u> <u>31.12.11</u>	<u>Reconhecido</u> <u>no resultado</u>	<u>Reconhecido</u> <u>no patrimônio</u> <u>líquido</u>	<u>Saldo final</u> <u>31.12.12</u>
Impostos diferidos passivos com relação a:				
Variação cambial reconhecida por caixa	5.365	(3.106)	-	2.259
Valor justo dos ativos biológicos	41.102	9.531	-	50.633
Custo atribuído do ativo biológico e revisão da vida útil	119.085	(2.025)	-	117.060
Subvenção governamental	965	(278)	-	687
Hedge de fluxo de caixa	-	-	(3.158)	(3.158)
	<u>166.517</u>	<u>4.122</u>	<u>(3.158)</u>	<u>167.481</u>
Consolidado	<u>Saldo inicial</u> <u>31.12.11</u>	<u>Reconhecido</u> <u>no resultado</u>	<u>Reconhecido</u> <u>no patrimônio</u> <u>líquido</u>	<u>Saldo final</u> <u>31.12.12</u>
Impostos diferidos passivos com relação a:				
Variação cambial reconhecida por caixa	7.448	(1.540)	-	5.908
Valor justo dos ativos biológicos	43.432	9.329	-	52.761
Custo atribuído do ativo biológico e revisão da vida útil	147.666	(2.264)	-	145.402
Subvenção governamental	965	(278)	-	687
Hedge de fluxo de caixa	-	-	(3.158)	(3.158)
	<u>199.511</u>	<u>5.247</u>	<u>(3.158)</u>	<u>201.600</u>

12. INVESTIMENTOS

	Habitasul Florestal	Irani Trading	Meu Móvel de Madeira	HGE Geração de Energia	Iraflor Comercio de Madeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2010	119.957	85.052	1.506	3.529	-	210.044
Resultado da equivalência patrimonial	10.589	11.922	-	-	594	23.105
Resultado equivalência patr. oper. descontinuada	-	-	(147)	-	-	(147)
Dividendos propostos	(28.023)	(12.090)	-	-	-	(40.113)
Aporte capital	-	-	-	-	37.536	37.536
Adiantamento futuro aumento capital	12.510	5.640	-	-	-	18.150
Em 31 de dezembro de 2011	115.033	90.524	1.359	3.529	38.130	248.575
Resultado da equivalência patrimonial	1.613	11.820	-	(2.946)	9.083	19.570
Resultado equivalência patr. oper. descontinuada	-	-	596	-	-	596
Dividendos propostos	(14.086)	(14.450)	-	-	(594)	(29.130)
Aporte capital	-	4.563	2.011	700	3.370	10.644
Adiantamento futuro aumento capital	9.420	15.100	-	-	-	24.520
Redução de capital Meu Móvel de Madeira	-	-	(2.049)	-	-	(2.049)
Venda participação Meu Móvel de Madeira	-	-	(1.917)	-	-	(1.917)
Em 31 de dezembro de 2012	111.980	107.557	-	1.283	49.989	270.809
Passivo	16.491	34.281	-	8	326	
Patrimônio líquido	111.981	107.559	-	1.283	49.994	
Ativo	128.742	141.840	-	1.291	50.320	
Receita líquida	23.002	16.709	13.641	-	11.597	
Resultado do período	1.613	11.821	597	(2.947)	9.084	
Participação no capital em %	100,00	100,00	99,93	99,98	99,99	

A controlada Habitasul Florestal S.A., realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pinus e extração de resinas.

A controlada Irani Trading S.A., realiza operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis. Em maio de 2012, recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S/A., no valor de R\$ 4.563 integralizados mediante incorporação de ativos imobilizados.

A controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., realiza operações de administração e comercialização de florestas plantadas para a controladora Celulose Irani S.A. e também para o mercado. Em 26 de janeiro de 2012, recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S.A., no valor de R\$ 3.370 mil integralizados mediante incorporação de ativos florestais.

A controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda., realiza operações de venda a varejo de móveis e decorações e serviços de montagem de móveis. Em reunião realizada em 20 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alienação de participação societária nesta controlada.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa continua em fase pré-operacional e avalia os projetos para implementá-los.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	(*) Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Adiantamento de fornecedor de imobilizado	Bens contratados em leasing financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2010										
Saldo contábil líquido	123.894	28.136	344.035	513	3.147	5.216	6.740	17.745	14.669	544.095
Em 31 de dezembro de 2011										
Saldo inicial	123.894	28.136	344.035	513	3.147	5.216	6.740	17.745	14.669	544.095
Aquisições	7	41	2.044	187	947	28.107	4.153	2.441	-	37.927
Baixas	-	(20)	(274)	(5)	(64)	(6)	(10.134)	(424)	-	(10.927)
Transferências	-	1.690	10.736	-	277	(12.703)	-	-	-	-
Depreciação	-	(733)	(29.769)	(198)	(744)	-	-	(3.170)	(642)	(35.256)
Custo	123.901	36.268	515.845	1.774	7.992	20.614	759	27.780	16.061	750.994
Depreciação acumulada	-	(7.154)	(189.073)	(1.277)	(4.429)	-	-	(11.188)	(2.034)	(215.155)
Saldo contábil líquido	123.901	29.114	326.772	497	3.563	20.614	759	16.592	14.027	535.839
Controladora										
Em 31 de dezembro de 2011										
Saldo contábil líquido	123.901	29.114	326.772	497	3.563	20.614	759	16.592	14.027	535.839
Em 31 de dezembro de 2012										
Saldo inicial	123.901	29.114	326.772	497	3.563	20.614	759	16.592	14.027	535.839
Aquisições	-	583	4.130	92	346	27.587	14.568	1.226	-	48.532
Baixas	-	-	(130)	-	-	(135)	(9.297)	(54)	-	(9.616)
Transferências	-	4.318	21.887	-	712	(26.917)	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.276)	(31.480)	(181)	(925)	-	-	(3.175)	(643)	(37.680)
Custo	123.901	40.692	542.676	1.850	8.588	21.149	6.030	28.523	16.061	789.470
Depreciação acumulada	-	(7.953)	(221.497)	(1.442)	(4.892)	-	-	(13.934)	(2.677)	(252.395)
Saldo contábil líquido	123.901	32.739	321.179	408	3.696	21.149	6.030	14.589	13.384	537.075

Consolidado	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	(*) Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Adiantamento de fornecedor de imobilizado	Bens contratados em leasing financeiro	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2010										
Saldo contábil líquido	169.014	118.624	344.114	603	3.457	7.736	6.741	17.745	14.669	682.703
Em 31 de dezembro de 2011										
Saldo inicial	169.014	118.624	344.114	603	3.457	7.736	6.741	17.745	14.669	682.703
Aquisições	5.473	41	2.071	191	3.605	26.016	4.152	2.566	-	44.115
Baixas	-	(148)	(275)	(6)	(65)	(6)	(10.134)	(424)	-	(11.058)
Transferências	-	1.690	10.736	-	277	(12.703)	-	-	-	-
Depreciação	-	(2.835)	(29.778)	(204)	(793)	(19)	-	(3.178)	(642)	(37.449)
Custo	174.487	147.777	515.971	1.877	10.608	21.024	759	27.904	16.061	916.468
Depreciação acumulada	-	(30.405)	(189.103)	(1.293)	(4.127)	-	-	(11.195)	(2.034)	(238.157)
Saldo contábil líquido	174.487	117.372	326.868	584	6.481	21.024	759	16.709	14.027	678.311
Consolidado										
Em 31 de dezembro de 2011										
Saldo contábil líquido	174.487	117.372	326.868	584	6.481	21.024	759	16.709	14.027	678.311
Em 31 de dezembro de 2012										
Saldo inicial	174.487	117.372	326.868	584	6.481	21.024	759	16.709	14.027	678.311
Aquisições	1.688	4.469	4.177	124	363	27.689	14.567	1.222	-	54.299
Baixas	(61)	(138)	(131)	-	(2.212)	(234)	(9.296)	(55)	-	(12.127)
Ativos operação descontinuada	-	-	(75)	(27)	(206)	-	-	(62)	-	(370)
Transferências	-	4.318	21.887	-	712	(26.917)	-	-	-	-
Depreciação	-	(3.870)	(31.428)	(205)	(1.038)	-	-	(3.195)	(643)	(40.379)
Custo	176.114	153.062	542.798	1.953	9.077	21.562	6.030	28.563	16.061	955.220
Depreciação acumulada	-	(30.911)	(221.500)	(1.477)	(4.977)	-	-	(13.944)	(2.677)	(275.486)
Saldo contábil líquido	176.114	122.151	321.298	476	4.100	21.562	6.030	14.619	13.384	679.734

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

O intangível é representado por licenças de softwares utilizados pela Companhia, que são capitalizados a custo histórico de aquisição.

Software	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2010		
Saldo contábil líquido	<u>1.610</u>	<u>1.619</u>
Em 31 de dezembro de 2011		
Saldo inicial	1.610	1.619
Aquisições	184	191
Baixas	(30)	(30)
Amortização	<u>(676)</u>	<u>(677)</u>
Custo	5.168	5.243
Amortização acumulada	<u>(4.080)</u>	<u>(4.140)</u>
Saldo contábil líquido	<u>1.088</u>	<u>1.103</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2011		
Saldo contábil líquido	<u>1.088</u>	<u>1.103</u>
Em 31 de dezembro de 2012		
Saldo inicial	1.088	1.103
Aquisições	574	607
Baixas	(13)	(58)
Amortização	<u>(429)</u>	<u>(429)</u>
Custo	5.722	5.726
Amortização acumulada	<u>(4.502)</u>	<u>(4.503)</u>
Saldo contábil líquido	<u>1.220</u>	<u>1.223</u>

c) Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	<u>Taxa %</u>
Prédios e construções*	2,25
Equipamentos e instalações**	6,45
Móveis, utensílios, equipamentos de informática e softwares	5,71
Veículos e tratores	20,00

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de leasing financeiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo das Unidades Papel para Embalagens e Embalagem PO em Vargem Bonita – SC e da Unidade Embalagem PO em Indaiatuba – SP. Durante o exercício, foram capitalizados custos com taxa média de 9,18% ao ano, de captações utilizados especificamente para financiar a execução de alguns projetos de investimentos, no montante de R\$ 593.

O adiantamento a fornecedores refere-se aos investimentos nas Unidades Papel para Embalagens e Embalagem PO de Vargem Bonita – SC.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Os compromissos assumidos estão registrados como captações no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade de Embalagem PO em Indaiatuba-SP que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

Do total de depreciação do ativo imobilizado no exercício de 2012, na controladora, R\$ 36.050 refere-se a custo dos produtos vendidos e R\$ 1.630 a despesas administrativas e comerciais (em 2011, R\$ 34.365 e R\$ 891 respectivamente). No consolidado, R\$ 36.283 refere-se a custo dos produtos vendidos e R\$ 4.096 a despesas administrativas e comerciais (em 2011, R\$ 34.584 e R\$ 2.865 respectivamente).

Do total de amortização do intangível no exercício de 2012, na controladora, R\$ 38 refere-se a custo dos produtos vendidos e R\$ 391 a despesas administrativas e comerciais (em 2011, R\$ 27 e R\$ 649 respectivamente). No consolidado, R\$ 38 refere-se a custo dos produtos vendidos e R\$ 391 a despesas administrativas e comerciais (em 2011, R\$ 27 e R\$ 650 respectivamente).

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações de seus ativos em 31 de dezembro de 2012.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados em garantia de operações financeiras, conforme descrito abaixo.

	<u>Consolidado</u>
	<u>31.12.12</u>
Equipamentos e instalações	31.270
Prédios e construções	90.722
Terras	99.779
Total de imobilizado em garantias	<u>221.771</u>

14. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem principalmente o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos semestrais. Como a colheita das florestas plantadas é realizada em função da utilização de matéria prima e das vendas de madeira, e todas as áreas são replantadas, a variação do valor justo desses ativos biológicos não sofre efeito significativo no momento da colheita.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.11</u>
Custo de formação dos ativos biológicos	40.932	36.489	78.602	74.107
Diferencial do valor justo	118.980	92.027	184.690	165.890
Ativo biológico a valor justo	<u>159.912</u>	<u>128.516</u>	<u>263.292</u>	<u>239.997</u>

A Companhia considera que deste total de ativos biológicos, R\$ 194.319 são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, dos quais, R\$ 134.620 se referem a florestas formadas que possuem mais de 6 anos. O restante dos valores refere-se a florestas em formação, as quais ainda necessitam de tratamentos silviculturais. Esses ativos estão localizados próximos à fábrica de Celulose e Papel em Vargem Bonita, SC, onde são consumidos.

A colheita destas florestas é realizada principalmente em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende a demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 68.973, e estão localizados no litoral do RS. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

- a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (Capital Asset Pricing Model – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados nos dois últimos anos, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos periodicamente, (em geral semestralmente) considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

Entre as principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos estão: i) a remuneração dos ativos próprios que contribuem (arrendamento) à taxa de 3% ao ano, e ii) à taxa de desconto de 8,0% ao ano para os ativos de SC e do RS.

Neste exercício a Companhia validou as premissas e critérios utilizados para as avaliações do valor justo dos seus ativos biológicos, e realizou avaliação de todos seus ativos biológicos. Não houve no exercício outro evento que impactasse a valorização do ativo biológico, como temporais, raios e outros que podem afetar as florestas.

Principais movimentações

As movimentações do exercício são demonstradas abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01.01.11	161.451	238.215
Plantio	4.536	4.857
Exaustão		
Custo histórico	(1.452)	(3.867)
Valor justo	(4.832)	(13.535)
Transferência para capitalização em controlada	(37.536)	-
Varição do valor justo	6.349	14.327
Saldo em 31.12.11	<u>128.516</u>	<u>239.997</u>
Plantio	5.126	5.748
Exaustão		
Custo histórico	(601)	(3.369)
Valor justo	(1.764)	(15.851)
Transferência para capitalização em controlada	(3.370)	-
Varição do valor justo	32.005	36.767
Saldo em 31.12.12	<u><u>159.912</u></u>	<u><u>263.292</u></u>

A exaustão dos ativos biológicos dos exercícios foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 03 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a integralização de capital na Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., através da transferência de ativos florestais de propriedade da Companhia. Neste exercício foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 3.370. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais e a captação de recursos através de CDCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia possui parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras no valor de R\$ 117.736, o que representa aproximadamente 45% do valor total dos ativos biológicos, e equivale a 20,6 mil hectares de terras utilizadas, com aproximadamente 10,3 mil hectares de florestas plantadas.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade

até que o total das florestas plantadas existentes nestas áreas sejam colhidas em um ciclo de aproximadamente 15 anos. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros representa 9,3% da área total com ativos biológicos da Companhia.

15. CAPTAÇÕES

	Controladora		Consolidado		
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	
Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	2.641	8.604	2.641	8.604	a)
Capital de giro	33.288	30.171	33.288	30.666	b)
Capital de giro - CDCA	16.306	15.505	16.306	15.505	c)
Leasing financeiro	1.419	1.065	1.433	1.102	d)
Cédula de crédito imobiliário - CCI	-	-	8.839	13.258	e)
Total moeda nacional	53.654	55.345	62.507	69.135	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	2.839	2.475	2.839	2.475	f)
Adiantamento contrato de câmbio	8.490	5.641	8.490	5.641	g)
Toronto Dominion Bank	-	177	-	177	
Banco Credit Suisse	738	20.256	738	20.256	h)
Banco C.I.T.	-	942	-	942	
Banco Santander (Brasil)	1.690	1.638	1.690	1.638	i)
Banco Santander	-	2.014	-	2.014	
Banco Itaú BBA	-	-	-	-	j)
Banco do Brasil	1.329	-	1.329	-	k)
Banco Citibank	1.632	-	1.632	-	l)
Total moeda estrangeira	16.718	33.143	16.718	33.143	
Total do circulante	70.372	88.488	79.225	102.278	
Não Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	7.796	9.240	7.796	9.240	a)
Capital de giro	18.880	25.643	18.880	25.643	b)
Capital de giro - CDCA	66.741	78.367	66.741	78.367	c)
Leasing financeiro	982	1.416	993	1.492	d)
Cédula de crédito imobiliário - CCI	-	-	-	8.839	e)
Total moeda nacional	94.399	114.666	94.410	123.581	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	-	1.164	-	1.164	f)
Banco Credit Suisse	75.051	53.600	75.051	53.600	h)
Banco Santander (Brasil)	-	1.638	-	1.638	i)
Banco Itaú BBA	34.716	-	34.716	-	j)
Banco do Brasil	2.048	-	2.048	-	k)
Banco Citibank	2.776	-	2.776	-	l)
Total moeda estrangeira	114.591	56.402	114.591	56.402	
Total do não circulante	208.990	171.068	209.001	179.983	
Total	279.362	259.556	288.226	282.261	

Vencimentos no longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
2013	-	43.564	-	52.403
2014	46.322	49.400	46.333	49.400
2015	58.952	47.524	58.952	47.524
2016	67.654	14.746	67.654	14.782
2017 a 2019	36.062	15.834	36.062	15.874
	<u>208.990</u>	<u>171.068</u>	<u>209.001</u>	<u>179.983</u>

Captações em moeda nacional:

- Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 8,24% ao ano com vencimento final em 2019.
- Capital de giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 8,63% ao ano com vencimento final no segundo semestre de 2015.

Custo de Transação:

As operações de capital de giro, Banco Safra, incorreram num custo de transação de R\$ 279 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 10,72%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2013	105
2014	36
2015	19
	<u>160</u>

c) Capital de giro – CDCA

Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, no valor nominal de R\$ 90.000 em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O CDCA tem a ele vinculado os direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produtor Rural Física (“CPR”), emitida pela controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., que tem como credora a Celulose Irani S.A., nos termos da Lei nº 8.929 de 22 de agosto de 1994.

Esta operação está sendo liquidada em 6 parcelas anuais a partir de junho de 2012, atualizável pelo IPCA, acrescida de 10,22% ao ano.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.636 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16,15%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2013	763
2014	634
2015	484
2016	310
2017	109
	<u>2.300</u>

- d) Leasing financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 15,70% ao ano com vencimento final em 2015.

Vencimentos no longo prazo leasing financeiro:	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
2013	-	2.285	-	2.327
2014	780	295	791	329
2015	202	-	202	-
	<u>982</u>	<u>2.580</u>	<u>993</u>	<u>2.656</u>

- e) Cédula de crédito imobiliário – CCI

Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A., emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI, lastreada em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A.

A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R\$ 40.833, que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa de 14,70% ao ano.

Essa operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364 cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Captações em moeda estrangeira:

As captações em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2012 estão atualizadas pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros médios de 7,72% ao ano para operações em dólar e de 4,32% ao ano para operações em euro.

- f) Leasing financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento no final de 2013.

- g) Adiantamentos contratos de câmbio atualizáveis pela variação cambial do dólar e pagável em parcela única conforme cada contrato, com vencimentos no primeiro semestre de 2013.
- h) Banco Credit Suisse, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação.

Por meio de Amended and Restated de 27 de abril de 2012, a Companhia e Credit Suisse repactuaram a operação de pré-pagamento de exportação que passa a ter vencimento final em 2017, bem como 30 meses de carência para pagamento das parcelas do principal.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 5.310. Em 27 de abril de 2012 efetuamos nova repactuação de prazo que incorreram num custo adicional de transação de R\$ 2.550. Sua taxa de juros efetiva (TIR) que era de 19,12%, após esta repactuação passou a ser 12,31%.

Abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2013	932
2014	1.142
2015	1.588
2016	2.209
2017	396
	<u>6.267</u>

- i) Banco Santander (Brasil), atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.
- j) Banco Itaú BBA, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2017.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 560 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 6,38%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2013	162
2014	122
2015	78
2016	32
2017	4
	<u>398</u>

- k) Banco do Brasil, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2015.

- l) Banco Citibank, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2015.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 101 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 5,68%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2013	43
2014	27
2015	10
	80

Garantias:

A Companhia mantém em garantia das operações de captações aval de empresas controladoras e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas), penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor de R\$ 83.407. Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- i) Para Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), a Companhia constituiu garantias reais em montante aproximado de R\$ 82.580 sendo:
- Cessão fiduciária em favor do credor sobre direitos creditórios oriundos das CPRs – Cédulas de produtor rural a ele vinculado.
 - Hipoteca em favor dos Bancos de alguns imóveis da Companhia, equivalentes a 9.500 hectares.
 - Alienação fiduciária de florestas de pinus e eucalipto existente sobre os imóveis objeto de hipoteca, de propriedade da Emitente.
- ii) Para Cédula de crédito imobiliário – CCI, a Companhia constituiu garantias reais em favor da Securitizadora em montante aproximado de R\$ 38.904, sendo:
- Hipoteca de alguns imóveis da Celulose Irani S.A, objeto das matrículas nº 2.479, 2.481 e 8.535 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC.
 - Penhor agrícola dos ativos florestais (pinus e eucaliptos) existentes nas áreas objeto de hipoteca, relacionadas no item anterior.
 - Cessão Fiduciária de Bens e Direitos representada por Caução de Duplicatas, em montante equivalente a 3(três) parcelas mensais devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.
- iii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A.

- iv) Em garantia a operação do Banco Santander (Brasil) foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Co-Geração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas conforme abaixo:

- i) Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio)
- ii) Cédula de crédito imobiliário – CCI
- iii) Banco Itaú BBA

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida.

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a partir do trimestre fiscal findo em, 30 de junho de 2012 a 3,00x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré-estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a partir do trimestre fiscal findo em, 30 de junho de 2012, 2,00x.
- c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

iv) Banco Credit Suisse

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de (i) 3,00 vezes para os trimestres findos entre 30 de junho de 2012 e 30 de março de 2015; (ii) 3,75 vezes para os trimestres subsequentes até 2017.
- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de 2,00x para os trimestres fiscais findos a partir de 30 de junho de 2012 até 2017.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

v) Banco Santander (Brasil) (verificação realizada somente no final de cada exercício).

- a) Margem de EBITDA igual ou maior a 17%;
- b) Relação dívida líquida sobre EBITDA máxima de 3 vezes;
- c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível conforme definido em contrato.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

Legenda:

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida

16. DEBÊNTURES

Primeira Emissão de Debêntures Simples

A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 100.000. As debêntures vencerão em março de 2015 e estão sendo amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% ao ano. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.623 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2013	851
2014	893
2015	226
	<u>1.970</u>

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor de R\$ 159.133, conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de

Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 26.205.

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terrenos e Edificações da Irani Trading em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Trading e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 40.000.
- Penhor agrícola em favor do Agente Fiduciário de Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste exercício e estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior, a partir do trimestre fiscal findo em 30 de junho de 2012 a 3,00x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré-estabelecido relativo ao trimestre Referência.
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a partir do trimestre fiscal findo em, 30 de junho de 2012 a 2,00x.
- c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos documentos da emissão.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

Segunda Emissão de Debêntures Simples

A Companhia emitiu debêntures simples em 30 de novembro de 2012, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 60.000. As debêntures vencerão em novembro de 2017 e estão sendo amortizadas em 5 (cinco) parcelas anuais a partir de novembro de 2013, atualizável pela variação do CDI acrescido de 2,75% ao ano.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.120 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 10,62%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2013	345
2014	288
2015	225
2016	155
2017	78
	<u>1.091</u>

Garantias:

As Debêntures contarão com garantias reais no valor de R\$ 63.251; conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças em 1º grau no valor de R\$ 9.055; e em 2º (segundo) grau no valor de R\$ 31.252.
- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de alguns Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação anual, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste exercício e estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2012 não poderá ser superior a 3,50x.
- b) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2013 não poderá ser superior a 3,65x.
- c) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA para o período fiscal findo em 31 de dezembro de 2014 não poderá ser superior a 3,25x.
- d) A partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro 2015 a relação entre a dívida líquida e o EBITDA não poderá ser superior a 3,00x.
- e) A relação entre o EBITDA e a despesa financeira líquida não poderá ser inferior 2,00x para os exercícios fiscais findos a partir de 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples

A Companhia emitiu debêntures simples em 19 de agosto de 2010, não conversíveis em ações, cuja integralização foi feita pela controlada Irani Trading S.A., pelo valor de R\$ 40.000. As debêntures vencerão em parcela única em agosto de 2015 e são atualizadas pelo IPCA mais 6% ao ano. Os juros serão pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.902 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 9,62%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

Ano	Principal
2013	136
2014	588
2015	1.082
	<u>1.806</u>

Esta emissão não contém garantias nem cláusulas financeiras restritivas.

O quadro a seguir mostra a exigibilidade por ano das operações de debêntures.

Ano	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
2012	-	25.226	-	25.226
2013	36.526	24.999	36.526	24.999
2014	36.089	24.603	36.089	24.603
2015	74.175	57.625	23.440	11.652
2016	11.935	-	11.935	-
2017	12.013	-	12.014	-
	<u>170.738</u>	<u>132.453</u>	<u>120.004</u>	<u>86.480</u>
Parcela do circulante	39.026	26.000	39.026	26.000
Parcela do não circulante	131.712	106.453	80.978	60.480

17. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Interno				
Materiais	31.265	26.377	31.210	27.741
Ativo imobilizado	2.112	1.975	2.112	1.975
Prestador de serviços	2.453	2.451	2.597	2.603
Transportadores	5.511	5.211	5.514	5.271
Partes relacionadas	16.500	6.653	-	-
Ativo imobilizado em remessa	2.168	-	2.168	-
Consignação	65	-	65	-
Externo				
Materiais	81	123	81	123
	<u>60.155</u>	<u>42.790</u>	<u>43.747</u>	<u>37.713</u>

18. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

A Companhia optou pelo REFIS, normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, para parcelamento de seus tributos. Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC.

A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo e sobre o mesmo incidem juros de 2% ao mês, amortizado mensalmente.

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Parcelamento Federal				
Parcelamento REFIS Receita Federal	2.330	2.148	2.360	2.177
Parcelamento INSS Patronal	767	721	862	811
Parcelamento FNDE	-	-	25	-
	<u>3.097</u>	<u>2.869</u>	<u>3.247</u>	<u>2.988</u>
Parcelamento Estadual				
Parcelamento ICMS	1.988	1.693	1.988	1.694
	<u>1.988</u>	<u>1.693</u>	<u>1.988</u>	<u>1.694</u>
Total Parcelamentos	<u>5.085</u>	<u>4.562</u>	<u>5.235</u>	<u>4.682</u>

NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Parcelamento Federal				
Parcelamento REFIS Receita Federal	3.919	6.200	3.945	6.253
Parcelamento INSS Patronal	1.022	1.682	1.054	1.802
Parcelamento FNDE	-	-	76	-
	<u>4.941</u>	<u>7.882</u>	<u>5.075</u>	<u>8.055</u>
Parcelamento Estadual				
Parcelamento ICMS	1.304	2.784	1.304	2.784
	<u>1.304</u>	<u>2.784</u>	<u>1.304</u>	<u>2.784</u>
Total Parcelamentos	<u>6.245</u>	<u>10.666</u>	<u>6.379</u>	<u>10.839</u>

Vencimentos no longo prazo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
2013	-	2.912	-	3.031
2014	2.393	2.327	2.527	2.381
2015	618	787	618	787
2016	343	488	343	511
Acima	2.891	4.152	2.891	4.129
	<u>6.245</u>	<u>10.666</u>	<u>6.379</u>	<u>10.839</u>

INSS – Refere-se a parcelamento Previdenciário da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em novembro de 2009.

Receita Federal – Refere-se a parcelamento de Tributos Federais da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em novembro de 2009, e parcelamento de outros débitos de IPI no montante atualizado de R\$ 6.249 sendo R\$ 2.346 de principal e R\$ 3.903 de multas e de juros de mora. Este valor está sendo pago em 180 parcelas e atualizado pela SELIC.

INSS Patronal – Refere-se a parcelamento Previdenciário de novembro e dezembro de 2008.

19. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar		Debêntures a pagar		Mútuo passivo	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Irani Trading S.A.	3.136	3.774	1.415	1.400	50.734	45.973	-	2.109
Habitasul Florestal S.A.	2.171	3.972	81	375	-	-	-	-
HGE - Geração de Energia	-	11	601	920	-	-	-	-
Meu Móvel de Madeira	-	1.905	-	-	-	-	-	-
Administradores	1.553	-	-	-	-	-	-	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	15.004	4.877	-	-	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	1.630	877	-	-	-	-
Participação dos administradores	-	-	8.210	5.279	-	-	-	-
Total	6.860	9.662	26.941	13.728	50.734	45.973	-	2.109
Parcela circulante	5.307	9.662	26.941	13.728	-	-	-	-
Parcela não circulante	1.553	-	-	-	50.734	45.973	-	2.109

Controladora	Receitas		Despesas	
	2012	2011	2012	2011
Irani Trading S.A.	-	-	16.989	17.188
Habitasul Florestal S.A.	-	-	3.489	2.882
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	10.357	4.564
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	239	224
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	946	900
Irani Participações S/A	-	-	480	571
Meu Móvel de Madeira	12	61	-	-
Habitasul Desenvolvidores Imobiliários	-	-	111	113
Pagamento baseado em ações	-	-	326	-
Remuneração dos administradores	-	-	6.476	4.432
Participação dos administradores	-	-	2.931	1.461
Total	12	61	42.344	32.335

Consolidado	Contas a receber		Contas a pagar		Despesas	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	2012	2011
Irani Participações S/A	-	-	-	-	480	571
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	-	-	239	224
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	-	-	946	900
Remuneração dos administradores	-	-	1.770	877	6.954	4.815
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários	-	-	-	-	111	113
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	326	-
Administradores	1.553	-	-	-	-	-
Participação dos administradores	-	-	8.210	5.279	2.931	1.461
Total	1.553	-	9.980	6.156	11.986	8.084
Parcela circulante	-	-	9.980	6.156	11.986	8.084
Parcela não circulante	1.553	-	-	-	-	-

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitasul Florestal S.A. e Iraflor -Comercio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria prima e fornecimento de produtos. As operações são realizadas com condições e valores condizentes com os respectivos mercados. Os valores de contas a receber pela controladora das controladas Irani Trading S.A. e Habitasul Florestal S.A. são referentes aos dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios de 2012 e 2011.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita, SC, o qual está locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de outubro de 2009, e aditado em 03 de agosto de 2010. O referido contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.

A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. e são atualizadas pelo IPCA mais 6% ao ano com vencimento descrito na nota 16.

A Companhia transferiu para a Iraflor em 2011 e 2012, R\$ 40.845 em florestas plantadas para integralização de capital. Em 16 de junho de 2011, a controlada Iraflor emitiu Cédulas de Produtor Rural Física (CPR) com vencimento final em junho de 2018 e que representam os direitos da Companhia de receber madeira neste período. Tendo os direitos creditórios oriundos dos CPRs, a Companhia emitiu em 20 de junho de 2011, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O crédito a receber de Administradores é decorrente de empréstimo concedido pela Companhia a seus Administradores que serão liquidados até o ano de 2015.

O débito junto a HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., é decorrente de valor a integralizar de capital social referente alteração contratual com aumento de capital a ser integralizado até final do ano de 2013.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

O débito junto a Habitasul Desenvolvidores Imobiliários é decorrente de aluguel da unidade administrativa de Porto Alegre firmado em 01 de dezembro de 2008 com vigência por prazo indeterminado

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda corresponde a 50% do valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem em Indaiatuba-SP, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à parte relacionada é de R\$ 87, sendo que o valor total mensal contratado atual é de R\$ 174 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os débitos junto a Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados corresponde a serviços de assessoria jurídica, contrato firmado em 01 de junho de 2006 com prazo indeterminado reajustado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários e a remuneração variável de longo prazo da diretoria.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 6.954 em 2012 (R\$ 4.815 em 2011). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 25 de maio de 2012 no valor máximo de R\$ 16.600. Em 28 de setembro de 2012 foi cancelada a autorização de pagamento do prêmio Liquidez no valor de R\$ 7.600, para os Administradores da Companhia, vinculado a realização da oferta pública cancelada na mesma data.

Adicionalmente foi destacada Participação dos Administradores referente ao resultado do exercício de 2012, no montante de R\$ 2.931, equivalente a 10% do resultado líquido dos exercícios, conforme previsão estatutária da Companhia. Sua distribuição se dará aos administradores conforme programa de remuneração variável de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração.

20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Provisão cíveis	977	1.308	985	1.308
Provisão trabalhistas	598	499	892	566
Provisão tributárias	36.160	39.843	36.160	39.843
Total	<u>37.735</u>	<u>41.650</u>	<u>38.037</u>	<u>41.717</u>
Depósitos Judiciais	<u>574</u>	<u>996</u>	<u>632</u>	<u>1.258</u>

Movimentação do saldo da provisão

Controladora	31.12.11	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.12.12
Cível	1.308	43	(288)	(86)	977
Trabalhista	499	239	(140)	-	598
Tributária	39.843	2.430	-	(6.113)	36.160
	<u>41.650</u>	<u>2.712</u>	<u>(428)</u>	<u>(6.199)</u>	<u>37.735</u>
Consolidado	31.12.11	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.12.12
Cível	1.308	51	(288)	(86)	985
Trabalhista	566	513	(140)	(47)	892
Tributária	39.843	2.430	-	(6.113)	36.160
	<u>41.717</u>	<u>2.994</u>	<u>(428)</u>	<u>(6.246)</u>	<u>38.037</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- Os processos cíveis relacionam-se, dentre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial. Em 31 de dezembro de 2012, havia R\$ 985 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 278, classificados no Ativo não Circulante.
- Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado R\$ 892 em 31 de dezembro de 2012, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 354, classificados no Ativo não Circulante.
- As provisões para processos tributários se referem à compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas realizados pela Companhia. O montante compensado entre os períodos de janeiro de 2008 a dezembro de 2011 foi de R\$ 24.870. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$ 36.160.

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2012, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Contingências trabalhistas	14.280	11.752
Contingências cíveis	2.650	2.064
Contingências ambientais	1.000	876
Contingências tributárias	73.025	61.535
	<u>90.955</u>	<u>76.227</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 14.280 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 2.650 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências ambientais:

Refere-se à Ação Civil Pública, objetivando a recuperação da área degradada, que foi julgada parcialmente procedente, caso não seja possível efetuar a referida recuperação haverá conversão da mesma em indenização. Por se tratar de questão ambiental seu valor é de difícil mensuração, mesmo assim, a Companhia entende que o valor será inferior ao máximo estimado de R\$ 1.000.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 73.025 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processo Administrativo 10925.000172/2003-66 com valor em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 10.559, referente à auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. O processo encontra-se no Conselho de Contribuintes aguardando o julgamento do Recurso Especial protocolado pela Companhia.
- Execução Fiscal nº 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 5.026, referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a

receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da Ação Anulatória nº2005.71.00.002527-8.

- Execução Fiscal nº 99.70.00325-9 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 5.290 que trata de cobrança de crédito tributário por meio da NFLD nº 32.511.108-1, referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação do serviço de cessão de mão de obra, sendo a Companhia responsável solidária. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento do Recurso Especial 1.211.005.
- Processos Administrativos nº. 11080.013972/2007-12 e nº. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 4.469, referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos respectivos Recursos Voluntários.
- Processos Administrativos referentes a notificações fiscais do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido por creditamento de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 30.990. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos administrativos de nºs 11080.009902/2006-89, 11080.009904/2006-88 e 11080.009905/2006-12, referente compensações de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações, supostamente calculados indevidamente, com valores atualizados em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 7.104. A Companhia discute administrativamente estas notificações e aguarda o julgamento dos recursos interpostos junto ao Conselho de Contribuintes.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 103.976, composto por 162.090.000 ações sem valor nominal, sendo 149.279.740 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais. As ações preferenciais possuem direito a dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia e possuem também direito de *Tag Along* de 100%. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

O capital social foi aumentado de R\$ 63.381 para R\$ 103.976, sem emissão de novas ações, mediante capitalização das contas de reserva legal e de reserva de retenção de lucros, no montante de R\$ 40.595. A aprovação ocorreu em 29 de fevereiro de 2012 através de Assembleia Geral Extraordinária.

b. Ações em tesouraria

		Controladora		Controladora	
		31.12.12		31.12.11	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor
Adquirido de ex. Diretores	Ordinárias	92.040	48	92.040	48
	Preferenciais	-	-	-	-
Plano de Recompra	Ordinárias	1.246.000	1.610	1.246.000	1.610
	Preferenciais	274.000	380	274.000	380
Direito de Recesso	Ordinárias	-	-	-	-
	Preferenciais	2.352.100	6.804	-	-
		<u>3.964.140</u>	<u>8.842</u>	<u>1.612.040</u>	<u>2.038</u>

Adquirido de ex. Diretores são ações adquiridas pela Companhia de ex-diretores que se desligaram em períodos anteriores, conforme determinava o plano de opção de ações então existente.

Plano de recompra teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011.

As ações adquiridas pelo Direito de Recesso foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011.

A Administração da Companhia oportunamente proporá a destinação das ações em tesouraria ou o seu cancelamento.

c. Lucro exercício

Os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios de 25% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal. O montante de dividendos creditados em 2012, referente ao resultado do ano de 2012, foi de R\$ 9.789.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	2012	2011
Lucro Líquido do exercício	26.381	9.354
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	789	2.064
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	4.126	2.963
Realização - custo atribuído	7.864	21.444
Realização - custo atribuído (controladas)	1.313	3.684
(-) Reserva legal	(1.319)	(468)
Lucro base para distribuição de dividendos	39.154	39.041
Dividendo mínimo obrigatório	9.789	9.761
Juros sobre capital próprio - JCP	-	5.000
(-) Imposto de renda retido na fonte sobre juros capital próprio - JCP	-	(750)
Juros sobre capital próprio - JCP líquidos imposto renda	-	4.250
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	9.789	5.511
Total de Dividendos e JCP por ação ordinária (R\$ por ação)	0,06	0,06
Total de Dividendos e JCP por ação preferencial (R\$ por ação)	0,06	0,06

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de ativos biológicos e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial. No exercício de 2011 foi ajustada a realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial por diferenças não realizadas em exercícios anteriores e que tiveram como origem a adoção inicial dos CPCs que tratam da matéria.

d. Reserva de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: reserva legal, reserva de ativos biológicos e reserva de retenção de lucros.

A Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

A Reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela assembleia geral. Alguns contratos com credores

contém cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal.

Em 20 de julho de 2012, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos intermediários à conta de Reserva de Lucros existentes no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 14.267, correspondente a R\$ 0,090223 por ação ordinária e preferencial. A deliberação foi realizada nos termos do Artigo nº 29, parágrafo único, do Estatuto Social. A Companhia obteve junto aos credores as autorizações necessárias para esta distribuição.

Em 31 de dezembro de 2012, as reservas de lucros ultrapassam o limite do capital social conforme previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. Evento subsequente ao encerramento do exercício (nota explicativa nº 36), o Conselho de Administração da Companhia deliberou em 24 de janeiro de 2013 o pagamento de dividendos intermediários à conta de Reserva de Lucros, no montante de R\$ 14.267, o qual será ratificado em Assembleia Geral e tornará as reservas de lucros menores que o capital social, dentro dos limites estabelecidos em Lei. A Companhia obteve junto aos credores as autorizações necessárias para esta distribuição.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida a base de dividendos, o saldo líquido dos impostos em 31 de dezembro de 2012 corresponde a um ganho de R\$ 249.370.

Também estão registrados os valores dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos efeitos tributários, o saldo líquido dos impostos em 31 de dezembro de 2012 corresponde a uma perda de R\$ 6.129.

22. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

i) Lucro básico e diluído das operações continuadas

	2012		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	147.941.700	11.752.227	159.693.927
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações	20.237	1.608	21.845
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,1368	0,1368	

	2011		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	148.240.860	12.618.100	160.858.960
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações	8.756	745	9.501
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,0591	0,0591	

ii) Lucro básico e diluído das operações descontinuadas

	2012		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	147.941.700	11.752.227	159.693.927
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações	4.203	334	4.537
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,0284	0,0284	

	2011		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	148.240.860	12.618.100	160.858.960
Prejuízo líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações	(135)	(12)	(147)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	(0,0009)	(0,0009)	

23. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES

A Celulose Irani opera um programa de remuneração com base em ações, liquidado com ações, segundo o que a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas. As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas

sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Primeiro programa do plano de outorga de opções de ações (Programa I)

As opções de compra de ações foram concedidas aos administradores e a alguns empregados conforme decisão do Conselho de Administração em 09 de maio de 2012 que foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2012. O preço de exercício das opções concedidas será de R\$ 1,26 (um real vinte e seis centavos) por ação ordinária ou preferencial. As opções tem um período de carência (vesting) até 31 de dezembro de 2013. As opções são exercíveis no período entre 1 de janeiro de 2013 e 30 de abril de 2013 sendo que no exercício o empregado deverá pagar o preço de exercício e as ações correspondentes ficarão caucionadas a favor da Companhia até 31 de dezembro de 2013 quando serão liberadas. Caso o empregado se desvincule por qualquer motivo da Companhia após o exercício, mas antes de 31 de dezembro de 2013 as ações mantidas em caução serão devolvidas à Companhia e os beneficiários serão indenizados pelo valor pago no exercício da opção sem qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (constructive obligation) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

A quantidade de opções e seus respectivos preços de exercício está demonstrada a seguir:

	Preço médio de exercício por ação - reais	Quantidade de opções
Concedidas em 09 de maio de 2012	1,26	1.612.040
Em 31 de dezembro de 2012	1,26	1.612.040

Em 31 de dezembro de 2012 não existem opções exercíveis.

As opções de compra de ações em aberto em 31 de dezembro de 2012 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Data de vencimento	Preço de exercício por ação - reais	31 de dezembro de 2012
30 de abril de 2013	1,26	1.612.040
	1,26	1.612.040

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado com base no modelo de avaliação Black n' Scholes, era de R\$ 0,60 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Ações Preferenciais - preço médio ponderado da ação de R\$ 1,45 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima de R\$ 1,26, volatilidade de 145,80%, rendimento de dividendos de 7,46%, uma vida esperada da opção correspondente a 1,5 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 8,52%.

Ações Ordinárias - preço médio ponderado da ação de R\$ 1,44 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima de R\$ 1,26, volatilidade de 73,95%, rendimento de dividendos de 6,59%, uma vida esperada da opção correspondente a 1,5 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 8,52%.

A volatilidade foi mensurada pelo uso do desvio padrão anualizado ajustado (denominado EWMA) da variação diária das ações da Celulose Irani, considerando janela temporal próxima de 1,5 anos, período de carência do programa de remuneração com base em ações.

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de vendas de produtos	599.014	580.623	621.536	602.001
Impostos sobre as vendas	(133.131)	(125.064)	(134.647)	(126.510)
Devoluções de vendas	(3.440)	(3.871)	(3.440)	(3.877)
Receita líquida de vendas	<u>462.443</u>	<u>451.688</u>	<u>483.449</u>	<u>471.614</u>

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(266.596)	(262.030)	(247.056)	(249.819)
Gastos com pessoal	(68.163)	(61.134)	(71.873)	(65.180)
Varição valor justo ativos biológicos	32.005	6.349	36.767	14.327
Depreciação, amortização e exaustão	(38.454)	(41.871)	(57.509)	(54.857)
Fretes de vendas	(21.716)	(19.859)	(23.451)	(21.079)
Contratação de serviços	(15.921)	(16.364)	(16.465)	(16.528)
Despesas de vendas	(21.700)	(21.209)	(19.447)	(19.517)
	<u>(400.545)</u>	<u>(416.118)</u>	<u>(399.034)</u>	<u>(412.653)</u>
<u>Outras despesas líquidas</u>				
Custo/receita da venda de ativos	235	(1.284)	(314)	(1.485)
Creditos tributários	-	929	-	929
Venda de ativo permanente	-	2.177	-	2.295
Outras receitas/despesas	(3.858)	2.651	(5.924)	2.667
	<u>(3.623)</u>	<u>4.473</u>	<u>(6.238)</u>	<u>4.406</u>
Total custos e despesas por natureza	<u>(404.168)</u>	<u>(411.645)</u>	<u>(405.272)</u>	<u>(408.247)</u>

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita de bens alienados	235	2.177	235	2.298
Outras receitas operacionais	2.228	4.538	2.717	4.556
	<u>2.463</u>	<u>6.715</u>	<u>2.952</u>	<u>6.854</u>

Despesas	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custo dos bens sinistrados e alienados	(473)	(1.286)	(1.022)	(1.405)
Outras despesas operacionais	(5.236)	(956)	(7.791)	(1.043)
Pagamento baseado em ações	(377)	-	(377)	-
	<u>(6.086)</u>	<u>(2.242)</u>	<u>(9.190)</u>	<u>(2.448)</u>
Total	(3.623)	4.473	(6.238)	4.406

Outras despesas operacionais (consolidado) do exercício são compostas principalmente por:

- i) Custos de transação para emissão de títulos e valores mobiliários da Companhia no montante de R\$ 4.260, a qual foi cancelada através de Pedido de Desistência do Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósitos de Ações (“Units”) de Emissão da Celulose Irani S.A., protocolado junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 27 de agosto de 2012.
- ii) Baixas de ativos na controlada HGE – Geração de Energia Sustentável LTDA no montante de R\$ 2.424.

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado antes dos impostos	22.724	2.998	24.895	5.683
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(7.726)	(1.019)	(8.464)	(1.932)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	6.856	7.789	-	-
Controladas tributadas pelo lucro presumido			7.999	4.815
Outras diferenças permanentes	119	(1.967)	(2.456)	(760)
Juros sobre capital próprio	-	1.700	-	1.700
Pagamento baseado em ações	(128)	-	(128)	-
	<u>(879)</u>	<u>6.503</u>	<u>(3.049)</u>	<u>3.823</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(1.008)	(997)	(2.062)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(879)	7.511	(2.052)	5.885

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora	
	2012	2011
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.473	5.743
Juros	1.151	963
Descontos obtidos	293	167
	<u>6.917</u>	<u>6.873</u>
Variação cambial		
Variação cambial ativa	12.258	17.941
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	199	5.247
Variação cambial passiva	(17.348)	(27.780)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(486)	(2.415)
Variação cambial líquida	<u>(5.377)</u>	<u>(7.007)</u>
Despesas financeiras		
Juros	(52.769)	(52.983)
Descontos concedidos	(79)	(125)
Deságios/despesas bancárias	(240)	(46)
Outros	(642)	(1.607)
	<u>(53.730)</u>	<u>(54.761)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(52.190)</u>	<u>(54.895)</u>

	Consolidado	
	2012	2011
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.646	5.742
Juros	1.134	1.454
Descontos obtidos	301	175
	<u>7.081</u>	<u>7.371</u>
Variação cambial		
Variação cambial ativa	12.258	17.945
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	199	5.247
Variação cambial passiva	(17.358)	(27.783)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(486)	(2.415)
Variação cambial líquida	<u>(5.387)</u>	<u>(7.006)</u>
Despesas financeiras		
Juros	(51.008)	(51.010)
Descontos concedidos	(83)	(78)
Deságios/despesas bancárias	(255)	(98)
Outros	(699)	(1.612)
	<u>(52.045)</u>	<u>(52.798)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(50.351)</u>	<u>(52.433)</u>

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 319.485. Também estão contratados seguro de vida em grupo para os colaboradores com cobertura entre mínima de R\$ 10 e máxima de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações detalhadas nas notas explicativas nº 15 e nº 16, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e dos investimentos mantidos até o vencimento) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21).

A Companhia não está sujeita a qualquer requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2012 foi de 59% capital próprio e 41% capital de terceiros, dentro dos patamares almejados.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Dívida (a)	450.100	392.009	408.230	368.741
Caixa e saldos de bancos	95.051	72.496	96.922	74.722
Investimentos mantidos até o vencimento	931	8.674	931	8.674
Dívida Líquida	<u>354.118</u>	<u>310.839</u>	<u>310.377</u>	<u>285.345</u>
Patrimônio Líquido (b)	<u>453.999</u>	<u>464.230</u>	<u>454.005</u>	<u>464.250</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,78</u>	<u>0,67</u>	<u>0,68</u>	<u>0,61</u>

(a) A dívida é definida como captações de curto e longo prazos incluindo as debêntures, conforme detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Ativos financeiros				
Apresentados ao valor justo por meio do resultado	-	286	-	286
Investimentos mantidos até o vencimento	931	8.388	931	8.388
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e saldos de bancos	95.051	72.496	96.922	74.722
Conta a receber de clientes	93.785	90.179	96.781	92.231
Outras contas a receber	9.200	10.669	9.245	10.722
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Captações (empréstimos e financiamentos)	279.362	259.556	279.387	260.164
Debêntures	170.738	132.453	120.004	86.480
Captações (cédula de crédito imobiliário)	-	-	8.839	22.097
Fornecedores	60.155	42.790	43.747	37.713

Os valores dos instrumentos apresentados ao valor justo são considerados como Nível 2, uma vez que são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos, além de informações adotadas pelo mercado.

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de captações tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 25 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano 2011, e 23 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano 2012. Como o maior valor das captações em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Contas a receber	8.417	4.152	8.447	4.198
Créditos de carbono a receber	4.378	6.378	4.378	6.378
Bancos conta vinculada	931	8.674	931	8.674
Adiantamento de clientes	(199)	(298)	(199)	(661)
Fornecedores	(81)	(123)	(81)	(123)
Captações (empréstimos e financiamentos)	(131.309)	(89.545)	(131.309)	(89.545)
Exposição líquida	<u>(117.863)</u>	<u>(70.762)</u>	<u>(117.833)</u>	<u>(71.079)</u>

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2012.

3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2012.

Operação	Saldo 31.12.12 US\$	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber	6.732	1,96	(538)	2,45	2.767	2,95	6.071
Passivos							
Contas a pagar	(137)	1,96	11	2,45	(56)	2,95	(124)
Captações (empréstimos e financiamentos)	(64.257)	1,96	5.134	2,45	(26.410)	2,95	(57.953)
Efeito líquido			<u>4.607</u>		<u>(23.699)</u>		<u>(52.006)</u>

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2012 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de captações, e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia

busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu resultado.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), LIBOR (London Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de captações que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: manutenção das taxas de juros, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2012.

3 – Cenário Remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2012.

Operação	Indexador	Saldo 31.12.12	Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
			Taxa %	R\$	Taxa %	R\$	Taxa %	R\$
Aplicações Financeiras								
CDB	CDI	95.139	6,93%	(86)	8,66%	1.575	10,40%	3.237
Financiamentos								
Capital de Giro	CDI	25.621	6,93%	28	8,66%	(509)	10,40%	(1.046)
Debêntures	CDI	124.871	6,93%	58	8,66%	(1.058)	10,40%	(2.174)
BNDES	TJLP	7.375	5,00%	37	6,25%	(55)	7,50%	(147)
Capital de Giro	IPCA	85.347	5,84%	-	7,30%	(1.246)	8,76%	(2.492)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor	10.661	0,48%	3	0,60%	(9)	0,72%	(22)
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor	1.690	0,35%	(1)	0,44%	(2)	0,53%	(4)
Efeito Líquido no Resultado				<u>39</u>		<u>(1.304)</u>		<u>(2.648)</u>

Valor justo versus valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma negociação forçada. Utilizamos os métodos e premissas listados abaixo para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar de curto prazo estão representados no balanço da Companhia com seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Captações estão representados a seus valores justos devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis.

	Controladora		Controladora	
	31.12.12		31.12.11	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo	-	-	-	286
	-	-	-	286
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Investimentos mantidos até o vencimento	931	931	8.388	8.388
Caixa e saldos de bancos	95.051	95.051	72.496	72.496
Contas a receber de clientes	93.785	93.785	90.179	90.179
Outras contas a receber	9.200	9.200	10.669	10.669
	<u>198.967</u>	<u>198.967</u>	<u>181.732</u>	<u>181.732</u>
Passivos mensurados pelo valor justo	-	-	-	-
	-	-	-	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	60.155	60.155	42.790	42.790
Captações (empréstimos e financiamentos)	279.362	279.362	259.556	259.556
Debêntures	170.738	170.738	132.453	132.453
	<u>510.255</u>	<u>510.255</u>	<u>434.799</u>	<u>434.799</u>
	Consolidado		Consolidado	
	31.12.12		31.12.11	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo	-	-	-	286
	-	-	-	286
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Investimentos mantidos até o vencimento	931	931	8.388	8.388
Caixa e saldos de bancos	96.922	96.922	74.722	74.722
Contas a receber de clientes	96.781	96.781	92.231	92.231
Outras contas a receber	9.245	9.245	10.722	10.722
	<u>203.879</u>	<u>203.879</u>	<u>186.063</u>	<u>186.063</u>
Passivos mensurados pelo valor justo	-	-	-	-
	-	-	-	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	43.747	43.747	37.713	37.713
Captações (empréstimos e financiamentos)	279.387	279.387	260.164	260.164
Captações (cédula de crédito imobiliário)	8.839	8.839	22.097	22.097
Debêntures	120.004	120.004	86.480	86.480
	<u>451.977</u>	<u>451.977</u>	<u>406.454</u>	<u>406.454</u>

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação às aplicações financeiras que compõe o grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. As mesmas são planejadas para atender as demandas de fluxo de caixa da Companhia, e a Administração assegura-se de que as aplicações sejam realizadas em instituições financeiras de relacionamento estável, através da aplicação da política financeira que determina a alocação do caixa, sem limitações, em:

- i) Títulos públicos de emissão e/ou co-obrigação do Tesouro Nacional;
 - ii) CDBs nos bancos de relacionamento estável da Companhia;
 - iii) Debêntures de emissão dos bancos de relacionamento estável da Companhia;
 - iv) Fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador.
- É vedada a aplicação de recursos em renda variável.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de captações. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2012 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora

	2013	2014	2015	acima 2016
Passivos				
Fornecedores	60.155	-	-	-
Empréstimos	86.133	70.149	79.598	131.211
Debêntures	40.444	36.089	85.292	23.949
Outros Passivos	5.311	2.541	618	3.234
	<u>192.043</u>	<u>108.779</u>	<u>165.508</u>	<u>158.394</u>
Ativos				
Caixa e Equivalentes	95.051	-	-	-
Banco Conta Vinculada	931	-	-	-
Clientes a Vencer	93.785	-	-	-
Outros Ativos	2.582	1.612	555	73
	<u>192.349</u>	<u>1.612</u>	<u>555</u>	<u>73</u>
	<u>306</u>	<u>(107.167)</u>	<u>(164.953)</u>	<u>(158.321)</u>

Consolidado

	2013	2014	2015	acima 2016
Passivos				
Fornecedores	43.747	-	-	-
Empréstimos	97.047	70.149	79.598	131.211
Debêntures	40.444	36.089	23.440	23.949
Outros Passivos	5.461	2.675	618	3.234
	<u>186.699</u>	<u>108.913</u>	<u>103.656</u>	<u>158.394</u>
Ativos				
Caixa e Equivalentes	96.922	-	-	-
Banco Conta Vinculada	931	-	-	-
Clientes a Vencer	96.781	-	-	-
Outros Ativos	2.627	1.612	555	73
	<u>197.261</u>	<u>1.612</u>	<u>555</u>	<u>73</u>
	<u>10.562</u>	<u>(107.301)</u>	<u>(103.101)</u>	<u>(158.321)</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do exercício do relatório.

A Companhia tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado no final do exercício do relatório é de R\$ 109.634, e que aumenta proporcionalmente na medida em que

as captações forem liquidadas. A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia, de aplicações financeiras ou suas exportações e importações contra as variações de câmbio, ou para troca de taxa de juros. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e reconhecidos no resultado financeiro, ou reconhecidos diretamente no resultado financeiro no caso de instrumento financeiros derivativos vinculados a operações de captação.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo financeiro da sua dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Estrangeira que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

a) Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não tinha contratado nenhum instrumento financeiro derivativo reconhecido a valor justo.

b) Instrumentos financeiros derivativos vinculados a operações de captação (reconhecidos diretamente no resultado)

- i) Em 30 de maio de 2011, a Companhia contratou operação de Swap de Fluxo de Caixa com Banco Credit Suisse, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados à taxa de juros de operação já existente entre as partes em contrato de PPE – Pré Pagamento de Exportação, de 16 de fevereiro de 2007. O valor de referência atribuído na data de contratação foi de R\$ 70.374 (equivalente a USD 44.544 mil na data da transação), e foram diminuindo conforme ocorreram os vencimentos das parcelas previstas no contrato a ele atrelado.

Essa operação de *swap* teve o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se deram simultaneamente às operações originais. O contrato de *swap* não era negociável separadamente. O contrato de PPE – Pré Pagamento de Exportação passou a ser remunerado por taxa de juros acrescidos da variação do CDI e os juros devidos não estavam mais expostos à variação cambial. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de PPE, a Companhia considerou os dois instrumentos como um único instrumento, e o resultado foi incluído na análise de sensibilidade de taxas de juros exposta nesta mesma nota explicativa em riscos de taxa de juros. O valor do principal do PPE em dólares esteve incluído na análise de sensibilidade de risco de exposição cambial, também exposto nesta mesma nota explicativa.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de maio de 2011.

Em 20 de abril de 2012, a Companhia em comum acordo com as partes acordaram pela rescisão deste contrato de *swap*, de forma irrevogável e irretroatável e pela repactuação do contrato de PPE. A partir desta data a operação de *swap* de taxas de juros deixou de existir e o PPE foi repactuado, não tendo mais nenhum contrato de *swap* a ele vinculado.

- ii) Em 23 de março de 2012, a Companhia contratou operação de Swap de Fluxo de Caixa com Banco Itaú BBA, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados à taxa de juros da operação contratada na mesma data entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação. O valor de referência atribuído na data de contratação é de R\$ 40.000 (equivalente a USD 21.990 mil na data da transação), diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas semestrais previstas no contrato a ele atrelado até o seu vencimento final em março de 2017.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente aos da operação original. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. O contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação passa a ser remunerado por taxa de juros fixos acrescidos da variação do dólar. Com isso o contrato de CCE não está mais exposto à variação do CDI. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de CCE, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento. Este contrato está incluído na análise de sensibilidade de exposição cambial exposta nesta mesma nota explicativa.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2012.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou o *Hedge Accounting* em 01 de maio de 2012 nas operações contratadas para a cobertura dos riscos de variação cambial do fluxo das exportações e foram classificados como “*hedge* de fluxo de caixa” (*Cash Flow Hedge*), segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 38 e 40, na orientação técnica OCPC03 e na norma internacional IAS 39.

Desta forma, a Companhia protege o risco da variação cambial dos seus fluxos de caixa futuros por meio de *hedge* de fluxo de caixa, no qual os instrumentos de *hedge* são instrumentos financeiros passivos contratados pela Companhia. Os instrumentos financeiros de *hedge* contratados pela Companhia atualmente vigentes são um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Credit Suisse e um contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação com o Banco Itaú BBA.

Os fluxos de caixa protegidos são as exportações esperadas até 2017 e o valor represado no Patrimônio Líquido da Companhia por conta do *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 6.129.

	Controladora e Consolidado
	2012
Saldo inicial	-
Varição do hedge fluxo de caixa	9.474
Reclassificação para resultado	(188)
	<u>9.286</u>
Impostos sobre variação do hedge fluxo de caixa	(3.221)
Impostos sobre reclassificação para resultado	64
	<u>(3.157)</u>
Saldo Final	<u><u>6.129</u></u>

A Companhia estima a efetividade com base na metodologia Dollar Offset, na qual se compara a variação do valor justo do instrumento de hedge com a variação do valor justo do objeto de hedge, a qual deve ficar entre um intervalo de 80 a 125%.

Os saldos de variações efetivas das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificadas do patrimônio líquido para resultado no exercício em que a variação cambial objeto do *hedge* é efetivamente realizada. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o resultado operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do período. Não foram identificadas inefetividades no exercício.

A análise de sensibilidade dos instrumentos de hedge das operações designadas como hedge de fluxo de caixa, está considerada nesta mesma nota explicativa no item risco de exposição cambial juntamente com os demais instrumentos financeiros.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas, uma em Vargem Bonita, SC, e outra em Indaiatuba, SP.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio fomento, comercializa madeiras e, extraia resina do pinus que serve de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado				31.12.12
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	281.639	118.375	20.920	369	421.303
Mercado externo	-	42.305	19.841	-	62.146
Receita de vendas para terceiros	281.639	160.680	40.761	369	483.449
Receitas entre segmentos	-	6.974	-	(6.974)	-
Vendas líquidas totais	281.639	167.654	40.761	(6.605)	483.449
Variação valor justo ativo biológico	-	36.951	(184)	-	36.767
Custo dos produtos vendidos	(224.106)	(100.151)	(29.993)	1.999	(352.251)
Lucro bruto	57.533	104.454	10.584	(4.606)	167.965
Despesas operacionais	(32.653)	(11.282)	(2.488)	(46.296)	(92.719)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	24.880	93.172	8.096	(50.902)	75.246
Resultado Financeiro	(25.783)	(26.352)	140	1.644	(50.351)
Resultado Operacional Líquido	(903)	66.820	8.236	(49.258)	24.895
Ativo Total	155.257	713.972	134.160	204.701	1.208.090
Passivo Total	69.916	256.413	6.834	420.922	754.085
Patrimônio Líquido	-	259.782	123.379	70.844	454.005

	Consolidado				31.12.11
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	285.886	109.685	18.962	179	414.712
Mercado externo	-	36.639	20.263	-	56.902
Receita de vendas para terceiros	285.886	146.324	39.225	179	471.614
Receitas entre segmentos	308	22.028	-	(22.336)	-
Vendas líquidas totais	286.194	168.352	39.225	(22.157)	471.614
Variação valor justo ativo biológico	-	4.767	9.560	-	14.327
Custo dos produtos vendidos	(224.207)	(114.035)	(29.456)	19.588	(348.110)
Lucro bruto	61.987	59.084	19.329	(2.569)	137.831
Despesas operacionais	(31.206)	(9.784)	(3.032)	(35.693)	(79.715)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	30.781	49.300	16.297	(37.587)	58.116
Resultado Financeiro	(25.938)	(33.302)	437	6.370	(52.433)
Resultado Operacional Líquido	4.843	15.998	16.734	(30.890)	5.683
Ativo Total	155.324	720.807	136.170	169.453	1.181.754
Passivo Total	57.897	297.742	14.475	347.390	717.504
Patrimônio Líquido	-	231.866	115.034	117.350	464.250

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas em 2012 totalizaram R\$ 483.449, (R\$ 471.614 em 2011).

A receita líquida de vendas para o mercado externo em 2012 totalizou R\$ 62.146, (R\$ 56.902 em 2011), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

País	Consolidado 2012		País	Consolidado 2011	
	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total		Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Argentina	12.401	2,60%	Holanda	13.799	2,90%
Holanda	11.865	2,50%	Arábia Saudita	9.486	2,00%
Arábia Saudita	9.767	2,00%	Argentina	9.270	2,00%
África do Sul	4.040	0,80%	França	4.503	1,00%
França	3.604	0,70%	Paraguai	3.426	0,70%
Paraguai	3.098	0,60%	Chile	2.451	0,50%
Chile	3.068	0,60%	África do Sul	2.223	0,50%
Peru	2.649	0,50%	Peru	2.161	0,50%
Espanha	1.617	0,30%	Alemanha	1.715	0,40%
Venezuela	1.526	0,30%	Bolívia	1.573	0,30%
Alemanha	1.304	0,30%	Noruega	942	0,20%
Noruega	1.113	0,20%	Coréia	888	0,20%
Bolívia	1.110	0,20%	Espanha	882	0,20%
Turquia	713	0,10%	Venezuela	717	0,20%
India	682	0,10%	Estados Unidos	612	0,10%
Portugal	676	0,10%	Outros países	2.254	0,50%
Colômbia	606	0,10%			
Outros países	2.307	0,50%			
	<u>62.146</u>	<u>12,50%</u>		<u>56.902</u>	<u>12,20%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 2012 no mercado interno totalizaram R\$ 421.303 (R\$ 414.712 em 2011).

No ano de 2012, um único cliente representava 17,4% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 49.798. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

32. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 20 de dezembro de 2012, aprovou a alienação de participação societária na controlada Meu Móvel de Madeira – Comércio de Móveis e Decorações Ltda, a qual ocorreu na mesma data. O recebimento do preço de venda deverá ocorrer em parcelas anuais até o ano de 2016, corrigido monetariamente pelo IPCA e com acréscimo de 2,5% ao ano. O saldo a receber está registrado em Outros Ativos, conforme nota explicativa nº 10. O resultado líquido da venda da operação descontinuada foi de R\$ 3.940 e está demonstrado abaixo na linha de outras receitas operacionais em montante de R\$ 5.969, com imposto de renda e contribuição social diferido de (R\$ 2.029).

Os resultados e o fluxo de caixa operacional da operação descontinuada estão apresentados conforme segue:

RESULTADO DE OPERAÇÃO DESCONTINUADA	2012	2011
Receita líquida	13.641	9.899
Custo dos produtos vendidos	(6.352)	(5.283)
Lucro (prejuízo) bruto	7.289	4.616
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(6.345)	(4.655)
Receita financeira	21	25
Despesa financeira	(214)	(107)
Outras receitas operacionais	5.993	46
Outras despesas operacionais	(14)	(18)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos efeitos tributários	6.730	(93)
Imposto de renda e contribuição social	(2.193)	(54)
Lucro (prejuízo) líquido de operação descontinuada	4.537	(147)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2012	2011
Lucros antes dos impostos de renda e contribuição social (LAIR)	6.730	(93)
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação, amortização e exaustão	79	46
Resultado na alienação de ativo permanente	-	(3)
Variações monetárias e encargos	81	-
	6.890	(50)

33. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL

Locação de imóveis de unidades produtivas

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui 2 contratos de aluguel de unidades produtivas, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada exercício pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Os contratos de aluguel de unidades produtivas estão representados conforme segue:

- Contrato de locação firmado em 20 de outubro de 2009 e aditado em 03 de agosto de 2010 com a controlada Irani Trading S.A, que é proprietária de imóvel industrial localizado em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início que se deu em 01 de janeiro de 2010 e seu valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.
- Contrato de locação firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem em Indaiatuba, SP, com vigência de 20 anos e o valor mensal contratado atual é de R\$ 174, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Os valores de aluguéis reconhecidos como despesa no exercício de 2012 e no exercício de 2011 pela controladora, líquidos de impostos quando aplicáveis, são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R\$ 18.456 (R\$ 18.172 em 2011)
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 396 (R\$ 350 em 2011)

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 31 de dezembro de 2012 totalizam um montante mínimo de R\$ 95.012. Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IGPM acumulado nos últimos 12 meses de 7,81% a.a.

	até um ano	depois de um ano até cinco anos	depois de cinco anos	Total
Arrendamentos operacionais futuros	19.046	34.784	41.182	95.012
Arrendamentos operacionais a valor presente	17.666	28.361	19.158	65.185

Locação de área de plantio

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias, em área total de 3.200 hectares, da qual 2.255 hectares é a área proporcional dos plantios pertencentes à mesma. Para algumas áreas há compromisso de arrendamento a ser desembolsado mensalmente conforme demonstrado abaixo.

Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas seja colhido.

Compromissos de arrendamento operacional não canceláveis

	até um ano	depois de um ano até cinco anos	depois de cinco anos	Total
Arrendamentos operacionais futuros	313	1.490	1.817	3.620
Arrendamentos operacionais a valor presente	292	1.169	1.088	2.549

34. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina, onde 60% do incremento de ICMS, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, manutenção de empregos, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média do custo de captação na data-base para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos, caso não possuísse o benefício, resultando em R\$ 2.020.

A vigência do benefício é de 14 anos, iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía R\$ 18.650 de ICMS diferido registrado no passivo, líquido de subvenção governamental R\$ 16.630.

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o exercício de 2012, a Companhia efetuou a aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 9.723 que foram financiadas diretamente por fornecedores, aportou capital com prédios e instalações na controlada Irani Trading S/A, no valor de R\$ 4.563 e aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R\$ 3.370.

Durante o exercício de 2011, a Companhia efetuou a aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 7.622 que foram financiadas diretamente por fornecedores, recebeu dividendos no montante R\$ 16.570 através de mútuo e abatimento de outras contas a pagar e também aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R\$ 37.536.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de janeiro de 2013, através de Reunião do Conselho de Administração foi aprovado, pagamento de dividendos intermediários à conta de Reserva de Lucros existentes no balanço anual levantado em 31 de dezembro de 2011, no montante total de R\$ 14.267, correspondentes a R\$ 0,090223 por ação ordinária e preferencial aos acionistas detentores de ações nesta data. As ações serão negociadas ex-dividendos a partir da aprovação, e o pagamento aos acionistas será realizado até trinta dias a contar desta data.

Em 29 de janeiro de 2013, a controladora da Celulose Irani S.A., a CCI (Companhia Comercial de Imóveis), concluiu a aquisição da totalidade das ações da Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., tradicional empresa do setor de papelão ondulado do Brasil, com sede em São Paulo – SP.

Ato seguinte, em 31 de janeiro de 2013, através de Reunião do Conselho de Administração da Celulose Irani S.A., foram aprovados:

- A celebração e cumprimento, pela Companhia, do Contrato de Arrendamento de Ativos e Outras Avenças (“Contrato de Arrendamento”), por meio do qual a São Roberto comprometer-se-á a arrendar, para a Companhia, a planta industrial de produção de papel de sua propriedade situada na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais. O Contrato de Arrendamento terá prazo de 10 anos.

- A celebração e cumprimento, pela Companhia, do Contrato de Reestruturação Operacional e Implantação de Novo Modelo de Gestão (“Contrato de Reestruturação”), por meio do qual a Companhia prestará, à São Roberto, serviços de reestruturação e reorganização estratégica, mercadológica, operacional e econômico-financeira, visando à implantação de um novo

modelo de gestão e governança da São Roberto. O Contrato de Reestruturação terá prazo de um ano, podendo ser renovado.